



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

**INFORME BRASIL Nº02/2024**

Período: 10/02/24 - 16/02/24

**GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ**

- 1- Investigações apontam para participação efetiva de militares em planejamento de golpe após as eleições presidenciais de 2022
- 2- Em reunião ministerial, general da reserva propôs ações para conturbar o país antes das eleições
- 3- Jornais avaliaram a participação das Forças Armadas no governo Bolsonaro e na tentativa de golpe
- 4- Ausência de ex-comandante do Exército em reuniões golpistas foi motivo de críticas por parte de militares apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro
- 5- Generais Braga Netto e Luiz Eduardo Ramos moraram em prédio apontado pela Polícia Federal como local de planejamento de estratégia golpista
- 6- Forças Armadas afirmam que só agirão em relação aos militares supostamente envolvidos em tentativa de golpe após o fim das investigações
- 7- Militares investigados pela Polícia Federal por envolvimento em planos golpistas são exonerados de cargos de alto comando pelo Exército, a pedido do Supremo Tribunal Federal
- 8- Brasil sobe uma posição no ranking de gastos militares globais em 2023
- 9- Almirante comandante da Combined Task Force 151 explicou a importância da força-tarefa para o combate à pirataria no mar vermelho
- 10- Continuidade do projeto de controle de armas é desafio para novo ministro da Justiça e da Segurança Pública
- 11- Ministro da Defesa planeja criar cargos civis para substituir militares na pasta

### 1- Investigações apontam para participação efetiva de militares em planejamento de golpe após as eleições presidenciais de 2022

Conforme reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, a Operação Tempus Veritatis da Polícia Federal (PF) apontou diversos indícios de participação de militares, tanto por ação quanto por omissão, no suposto golpe planejado pela cúpula do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), após este perder a eleição para Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022. A cúpula das Forças Armadas, composta por militares dos Altos Comandos de Exército, Marinha e Aeronáutica, está sob escrutínio. Segundo o jornal, antes dos ataques de 8 de janeiro de 2023, os comandantes emitiram uma nota defendendo os protestos bolsonaristas como "livre manifestação do pensamento". No entanto, revelações recentes indicam que o almirante Almir Garnier, ex-comandante da Marinha, teria apoiado um plano de golpe após a derrota de Bolsonaro para Lula. Segundo a *Folha*, a segurança do Palácio do Planalto, responsabilidade do Exército, durante os

ataques de 8 de janeiro permanece não esclarecida. O general Estevam Teophilo, ex-chefe do Comando de Operações Terrestres, teria prometido a Bolsonaro usar tropas para garantir o golpe. Mensagens entre o general Walter Souza Braga Netto (vice na chapa de Bolsonaro e ex-ministro da Defesa) e um militar expulso das Forças sugerem o descontentamento com a posse de Lula, culpando o então comandante do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes por não aderir ao golpe. As investigações da PF apontam para a responsabilidade da cúpula militar por "omissão imprópria". O advogado Rodrigo Sánchez Rios destacou elementos para punição, tanto por ação/instigação quanto por omissão, citando a nota conjunta de novembro de 2022 e os elogios a Garnier por supostamente apoiar o golpe. Também em reportagem, a *Folha de S. Paulo* informou que o advogado mencionou a manutenção das manifestações em frente aos quartéis como possível prevaricação. As autoridades do Ministério Público Federal, polícia e Judiciário enfrentarão o desafio de enquadrar a cúpula militar em possíveis crimes, como prevaricação, diante dos eventos de 8 de janeiro e das revelações recentes. De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, após a reunião de 05/07/2022, na qual o ex-presidente Jair Bolsonaro criticou o sistema eleitoral e instou a agir antes das eleições, o então ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira, compareceu a uma audiência na Câmara dos Deputados. Nessa ocasião, criticou as urnas eletrônicas, argumentando que nenhum sistema é imune a ataques, mencionando o cartão clonado de sua esposa. Tanto Nogueira quanto o comandante da Marinha, Almir Garnier, presentes na audiência, foram alvos da Operação Tempus Veritatis. Na reunião anterior no Planalto, Bolsonaro, apesar do tom golpista, assegurou a Nogueira que não estava buscando, de acordo com a reportagem, uma "providência de força". Conforme relatado pelo *Correio*, Nogueira respondeu ao apelo de Bolsonaro por esforços para sua reeleição, afirmando realizar reuniões frequentes com os comandantes das Forças para avaliar medidas. Destacou a necessidade de reações para garantir transparência, segurança e condições de auditoria nas eleições, visando um processo tranquilo e a possível reeleição do presidente. Em editorial, o jornal *Correio Braziliense* destacou o constrangimento entre os militares, especialmente do Exército, devido à participação de generais e oficiais em uma tentativa de golpe de Estado em janeiro de 2023. O vídeo da reunião ministerial, liderada por Bolsonaro, em julho de 2022, revelou conteúdo golpista e linguagem preocupante. Na avaliação do jornal, embora alguns militares tenham sido presos preventivamente, as Forças Armadas não apoiaram o golpe, ressaltando a importância desse fato para a sociedade e as instituições. O editorial clamou para que o inquérito siga o devido processo legal e respeite a presunção de inocência e concluiu que as Forças Armadas irão superar o golpismo com base na hierarquia, disciplina e espírito democrático, permanecendo leais à Constituição de 1988. (*Correio Braziliense – Política – 10/02/24; Correio Braziliense – Opinião – 10/02/24; Folha de S. Paulo – Política – 10/02/24*).

## 2- Em reunião ministerial, general da reserva propôs ações para conturbar o país antes das eleições

O periódico *Folha de S. Paulo* noticiou que o general da reserva Mário Fernandes, participante da reunião ministerial de julho de 2022 com Jair Bolsonaro, mencionou a possibilidade de um novo golpe militar semelhante a

1964. Em fala com tom golpista, ele propôs dar um ultimato ao Judiciário sobre as urnas eletrônicas e sugeriu ações para "conturbar" o país antes das eleições, visando a permanência do então governo no poder. Fernandes, alvo da Polícia Federal na Operação Tempus Veritatis, era secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência na época do encontro, liderada pelo então ministro Luiz Eduardo Ramos. O general expressou preocupação com a habilidade do Judiciário em protelar a discussão sobre as urnas e defendeu ações imediatas para evitar interferências internacionais e limitações à liberdade de ação do presidente Bolsonaro. Ele ponderou sobre as possíveis consequências de uma situação de ruptura, lembrando o golpe de 1964, e argumentou que era preferível gerar tumulto no país antecipadamente do que após as eleições. (Folha de S. Paulo - Política - 10/02/24)

### 3- Jornais avaliaram a participação das Forças Armadas no governo Bolsonaro e na tentativa de golpe

Em editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo* avaliou que o envolvimento de militares em uma tentativa de golpe, revelado por investigações da Polícia Federal (PF), expõe os frutos indesejáveis do excessivo e imprudente envolvimento das Forças Armadas no governo de Jair Bolsonaro. Na avaliação do jornal, o ex-presidente da República, que sempre mostrou inclinações autoritárias, tentou contaminar os quartéis com o vírus do golpismo, buscando a adesão dos militares a seu empreendimento autoritário. Apesar de seus esforços, as investigações indicam que a tentativa de golpe, destinada a manter Bolsonaro no poder, não obteve total apoio dos comandantes militares, com apenas o almirante Almir Garnier Santos, ex-comandante da Marinha, se expressando favorável ao golpe. O episódio destacou a hesitação do Exército em impor disciplina, evidenciada, por exemplo, pelo caso do general Eduardo Pazuello. Na avaliação do jornal, o bolsonarismo não conseguiu dobrar completamente os comandantes militares, e o golpe para impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva também não avançou devido à falta de uma estratégia clara. Contudo, o envolvimento de militares graduados na tentativa de golpe é grave e exige punições exemplares. *O Estado de S. Paulo* reforçou que diante desses acontecimentos, é urgente um profundo reexame na formação dos quadros das Forças Armadas, confrontando o pensamento golpista presente em alguns setores. A PF revelou que militares de alta patente estiveram envolvidos na tentativa, exigindo uma reflexão sobre a contaminação política da caserna. Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, o jornalista Hélio Schwartsman ironizou a postura orgulhosa das Forças Armadas de não terem apoiado o golpe, afirmando que não fizeram mais do que a obrigação. Ele adicionou que os militares que "não tiveram participação direta na conspiração foram de uma leniência ímpar para com os que tiveram" e que o golpe não se consolidou por conta da atuação do Supremo Tribunal Federal e da sociedade civil. Segundo o jornalista, é imperativo reafirmar que os militares não são tutores da República e devem manter distância da política, atuando dentro dos limites constitucionais. O respeito à Constituição deve ser garantido, independentemente do ânimo dos militares que estejam em posição de comando. (Folha de S. Paulo - Opinião - 13/02/24; O Estado de S. Paulo – Opinião - 10/02/24)

4- Ausência de ex-comandante do Exército em reuniões golpistas foi motivo de críticas por parte de militares apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro  
Conforme publicado pelo periódico *Folha de S. Paulo*, o ex-comandante do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes, foi criticado por militares apoiadores do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, por não participar de reuniões em que se discutiram planos golpistas. Segundo o jornal, Freire Gomes teve uma semana de afastamento do cargo, ao final de 2022, em decorrência do falecimento de sua mãe. Na época, o vice na chapa de reeleição de Bolsonaro, e também ex-ministro da Defesa, Walter Souza Braga Netto, circulou mensagem entre os colegas militares acusando Freire Gomes de "omissão e indecisão", qualidades que, segundo ele, não caberiam a um comandante. Tal mensagem foi encontrada no âmbito das investigações da Polícia Federal (PF) sobre os planos golpistas. A cúpula do Exército considerou Freire Gomes um articulador anti-golpista, agindo para que os planos não atingissem seus objetivos. Entretanto, na avaliação da PF, o silêncio do general pode configurar crime de omissão. (Folha de S. Paulo - Política - 11/02/24)

5- Generais Braga Netto e Luiz Eduardo Ramos moraram em prédio apontado pela Polícia Federal como local de planejamento de estratégia golpista  
Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que os generais Walter Braga Netto e Luiz Eduardo Ramos moravam no bloco residencial, em Brasília, apontado por investigação policial como centro de reuniões entre militares apoiadores do golpe, após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2022. Segundo a *Folha*, a Polícia Federal prendeu, no dia 08/02/2024 o major Rafael Martins de Oliveira, e as investigações apontam encontro entre este e o tenente-coronel Mauro Cid no mesmo local habitado pelos generais Braga Netto e Ramos, onde supostamente se discutiram as "estratégias golpistas". O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, afirmou que o major Rafael, das Forças Especiais, integrava o "núcleo operacional de apoio às ações golpistas". A *Folha* apurou que tanto Braga Netto, quanto Ramos habitaram o referido bloco residencial entre o final de 2022 e o início de 2023. Entretanto, Ramos não foi alvo da operação Tempus Veritatis, que investiga a trama golpista, e afirmou não ter participado de nenhuma reunião. Por sua vez, Braga Netto é colocado em dois núcleos pela PF: o responsável por incitar militares a participarem do golpe e aquele composto por militares de alta patente com influência no governo. (Folha de S. Paulo - Política - 12/02/24)

6- Forças Armadas afirmam que só agirão em relação aos militares supostamente envolvidos em tentativa de golpe após o fim das investigações  
Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o Exército brasileiro emitiu uma nota cinco dias após o início da operação da Polícia Federal Tempus Veritatis, afirmando que as eventuais punições contra os alvos militares sob investigação "quando necessárias, serão tomadas em conformidade com as decisões jurídicas acerca do assunto". Após o comentário do ministro da Defesa, José Múcio, de que as Forças Armadas deveriam apoiar a decisão da Justiça, o Centro de Comunicação Social da Marinha emitiu uma nota, semelhante à do Exército, afirmando que "não se manifesta sobre processos investigatórios em curso, sob sigilo, no âmbito do Poder Judiciário". Segundo o periódico *Folha de*

S. Paulo, decisões semelhantes foram tomadas em casos anteriores, como o do tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid e se baseiam na necessidade de se entender se as suspeitas levantadas pela Polícia Federal serão confirmadas ao término do inquérito. Contudo, a *Folha* afirmou que a espera pelos julgamentos, se muito longa, pode criar distorções na carreira dos investigados e possibilitar promoções de suspeitos para altas patentes, visto que, enquanto eles não forem denunciados, podem seguir com a contagem do tempo de serviço e concorrer às promoções. Ainda segundo o periódico, sete militares da ativa do Exército foram alvos da operação, sendo quatro afastados de suas funções e permanecendo nos quadros da Força sem exercer nenhuma atividade, mas recebendo os salários, enquanto três foram presos. São estes o coronel Bernardo Romão Corrêa Netto, o tenente-coronel Rafael Martins e o coronel Marcelo Câmara, que está no Batalhão de Polícia do Exército (BPE), em Brasília. (Correio Braziliense - Política - 13/02/24; Folha de S. Paulo - Política - 13/02/24)

#### 7- Militares investigados pela Polícia Federal por envolvimento em planos golpistas são exonerados de cargos de alto comando pelo Exército, a pedido do Supremo Tribunal Federal

Em reportagem, o periódico *Folha de S. Paulo* informou a exoneração de cargos de alto comando de dois militares investigados por envolvimento em planos golpistas contra a eleição do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. A decisão do Exército, no entanto, segue o pedido do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, para afastar de suas funções os tenentes-coronéis Guilherme Marques Almeida e Hélio Ferreira de Lima, suspeitos de contribuir para a disseminação de notícias falsas sobre as eleições presidenciais de 2022. De acordo com as investigações da Polícia Federal (PF), ambos os militares estariam envolvidos na produção de informações que questionavam a integridade do sistema eletrônico de votação, sugerindo fraudes e irregularidades inexistentes. O plano tinha como objetivo estimular eleitores bolsonaristas a se reunirem em frente aos quartéis e instalações militares, de modo a tornar um ambiente propício para o desenrolar de um golpe de Estado. Ademais, como apontado pela *Folha*, o Exército relatou que irá aguardar o fim das investigações da PF, para que posteriormente, se comprovado o envolvimento de Guilherme e Hélio nas “tramas golpistas”, sejam abertos processos administrativos por “transgressão às regras das Forças Armadas” - uma vez que antecipar processos internos resultaria em “procedimentos vazios”. Essa inércia, no entanto, levanta preocupações, visto que a demora no julgamento dos militares pode abrir espaço para promoções e distorções nas carreiras dos suspeitos. Em última instância, o jornal sinalizou que no dia 14/02/2024, o coronel Marcelo Câmara, também investigado pela PF por envolvimento golpista, representado pelo seu advogado, solicitou ao STF que Moraes fosse retirado do processo, uma vez que o mesmo seria parte interessada das investigações. (Folha de S. Paulo - Política - 15/02/24)

#### 8- Brasil sobe uma posição no ranking de gastos militares globais em 2023

Em reportagem, o periódico *O Estado de S. Paulo* divulgou informações sobre os gastos militares globais de 2023, com base no anuário "Balanço Militar", publicado pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS), de Londres.

Neste ranking, o Brasil subiu da posição 15º para 14º em gastos militares, com um gasto total de U\$ 24,2 bilhões, enquanto o 1º lugar, os Estados Unidos, teve gasto total de U\$905 bilhões. O referido jornal afirmou que os dados do IISS diferem do padrão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na questão da execução orçamentária, pois neste padrão não é levado em consideração os gastos com pessoal ativo e inativo, que representaram 80% das despesas brasileiras em 2023. Ainda segundo o periódico, houve uma diminuição de R\$ 100 milhões nos investimentos militares brasileiros entre 2022 e 2023, totalizando R\$ 8,1 bilhões neste último ano. A notícia também comparou os gastos anuais em Defesa do primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro (2019), de R\$ 139,9 bilhões, com o primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023), de R\$ 119 bilhões. No quesito de investimentos em programas militares, o periódico reforçou a manutenção dos caças Gripen como prioridade do governo desde 2019. Ao final, o jornal destacou que, dos 20,6 milhões de fardados no mundo, 367 mil são brasileiros. (Folha de S. Paulo - Mundo - 14/02/24)

#### 9- Almirante comandante da Combined Task Force 151 explicou a importância da força-tarefa para o combate à pirataria no mar vermelho

O periódico *Correio Braziliense* publicou entrevista com o contra-almirante Antonio Braz de Souza, atual comandante da Combined Task Force 151 (CTF 151), uma das cinco forças-tarefa operadas pela maior coalizão naval do mundo, que reúne 41 países, chamada de Combined Maritime Forces (CMF), responsável pelo combate à pirataria no Mar Vermelho. Durante a entrevista, o militar explicou que o Brasil assumiu em janeiro de 2023, pela terceira vez, o comando da CTF 151 e que isso demonstra a “continuidade do reconhecimento internacional da Marinha do Brasil como uma Força capaz, conciliadora e confiável, além de destacar a sua disposição para contribuir ativamente para Operações de Paz e de Segurança Marítima”. Além disso, há também uma oportunidade para estreitar relações com outras forças navais, que podem proporcionar cooperações estratégicas no futuro, bem como dissuadir iniciativas hostis contra o Brasil. Apesar do atual conflito armado na região do Mar Vermelho, ele esclareceu que navios da CTF 151 não podem participar de conflitos armados, pois sua ação é restrita à autodefesa ou à proteção de outros navios brasileiros, segundo a recente Resolução 2.722 de 2024 do Conselho de Segurança da ONU. O contra-almirante também explicou que o aumento na ação de piratas na região traz riscos de elevações no preço de produtos importados, impondo prejuízos a toda a economia global, tendo em vista que cerca de 80% do comércio global é movimentado por via marítima, com grande parte passando pelo Mar Vermelho. Segundo Braz de Souza, visando mitigar os possíveis prejuízos para o Brasil, a Marinha monitora a tensão e as embarcações brasileiras que trafegam na rota, emitindo recomendações. Ele avalia que o bom desempenho dos militares brasileiros na operação pode trazer experiência valiosa para o combate à pirataria em águas estratégicas para o Brasil. (Correio Braziliense - Política - 13/02/24)

#### 10- Continuidade do projeto de controle de armas é desafio para novo ministro da Justiça e da Segurança Pública

De acordo com reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, Ricardo Lewandowski, novo ministro da Justiça e Segurança Pública, tem o desafio de dar continuidade à política de controle de armas iniciada por seu antecessor, Flávio Dino. Com o Projeto Recompra, o objetivo é fazer com que a população, especialmente os colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs) - entreguem suas armas de maneira voluntária e recebam recompensas financeiras. Além disso, a ideia do governo é que os CACs, clubes de tiro e lojas de armas, que atualmente estão sob responsabilidade fiscalizatória do Exército, passem a incumbência da Polícia Federal (PF) em 2025. Entretanto, segundo a *Folha*, a PF não tem a estrutura necessária para essa transposição, sendo necessária a implantação de mudanças, entre elas, o estabelecimento de um novo organograma na instituição, como apontou o delegado Humberto Brandão, diretor da Divisão Nacional de Controle de Armas (DARM) da PF. Na avaliação do jornal, o atual Programa de desarmamento - o Desarma - promoveu certo avanço no controle de armas em 2023, de modo que “a PF registrou uma diminuição de 76% nas autorizações para a aquisição de armas destinadas à defesa pessoal.” Além disso, observou-se uma queda nos índices de crimes violentos letais intencionais, o que não necessariamente está relacionado à efetividade do programa, já que, como aponta Daniel Cerqueira, membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pesquisador do Ipea, os casos de homicídios envolvem diversos fatores sociais, demográficos e até econômicos e, com isso, não se deve levar em consideração apenas os efeitos do Desarma. Por fim, a *Folha* apontou que o principal problema que deve ser resolvido pelo projeto Recompra é a diminuição do alto número de armamento adquirido pelos cidadãos no governo de Jair Bolsonaro (PL), entre 2019 e 2022, e que permanece em circulação no país. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 14/02/24)

11- Ministro da Defesa planeja criar cargos civis para substituir militares na pasta  
Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o repórter Julio Wiziak informou que o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, pretende escalar 300 civis para postos estratégicos de segurança nacional e defesa, originalmente ocupados por militares. No contexto das investigações sobre a tentativa de golpe ocorrida em 08 de janeiro de 2023, o intento complementa os esforços do governo para impedir o envolvimento de militares da ativa na política. Segundo o repórter, o projeto foi aprovado pela equipe econômica do governo, mas ainda está pendente a sua avaliação orçamentária. (Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 15/02/24)

#### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão

online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)  
Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)  
Marina Gisela Vitelli (URFFJ)  
Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Laura Meneghim Donadelli  
Leonardo Pontes Vinhó

### **Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco**

Ana Julia Ferreira dos Santos  
Felipe Bechara Medeiros Giesteira  
Isabelle Costa  
Letícia Pereira de Lima  
Marcela Furlan de Cena  
Maria Luiza de Barros Costacurta  
Mariana Terezinha Passos  
Yasmin Duarte Resende

### **Equipe redação UFRRJ**

Alberto Machado Santos  
Geremias Dias dos Santos de Carvalho  
Letícia Ramos da Rocha  
Maria Luiza Garcia Rabelo  
Mariana Amaro Gonçalves Silva  
Vinícius de Albuquerque Damasceno